

Agricultura familiar na região serrana fluminense – RJ: problemática ambiental e pluriatividade: estudo de caso do distrito de São Pedro da Serra – Nova Friburgo

Family agriculture on the fluminense mountains – RJ: pluriatividade and environmental problems: district of São Pedro da Serra – Nova Friburgo case study

Rafaela Rodrigues Pereira¹

Resumo

O presente trabalho constitui uma análise do processo de (re) territorialização do capital, ao longo dos últimos trinta anos, (re) ordenando o espaço sob suas necessidades de atuação e fluidez: em um primeiro momento sob a égide do capital industrial e comercial, corporificado pela esfera da modernização agrícola; e, posteriormente, sob a do capital imobiliário especulativo, lócus da chamada re-ruralização do espaço agrário fluminense. Em ambos, verificam-se profundas transformações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho. O significado desta proposta reside, de modo bastante explícito, nas diferentes formas de organização da produção agrária e, indo mais longe, nos distintos feitiços pelos quais elas se materializam no espaço.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. (re) Territorialização. (re) Ruralização.

Abstract

The present study is an analysis of the process of capital (re) territorialization over the past thirty years, (re) ordering the environment for its fluidity and action needs: firstly, under the auspices of the industrial and commercial capital, embodied by the sphere of agricultural modernization; and then, under the speculative capital, locus of the so-called re-ruralization of the Fluminense agrarian space. In both, there are profound transformations in the production structure and work relationships. The importance of this proposal resides in the different forms of agrarian organization and in the different ways it materializes itself on this environment .

Key words: Family agriculture. (re) Territorialization. (re) Reruralization.

¹ Mestranda do Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ, pós-graduada em Análise Ambiental e Gestão do Território, pela Escola Nacional de Ciências Estatística – ENCE e, graduada em Geografia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: rafaelauerj@uol.com.br.

Introdução

Ao longo dos últimos trinta anos, a região serrana do estado do Rio de Janeiro, vem passando por um profundo e contínuo processo de (re) territorialização do capital, (re) ordenando o espaço sob suas necessidades de atuação e fluidez: em um primeiro momento, sob a égide do capital industrial e comercial, corporificado pela esfera da modernização agrícola; e, posteriormente, sob a do capital imobiliário especulativo, lócus da chamada re-ruralização do espaço agrário fluminense. Em ambos, verificam-se profundas transformações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho.

Nesse sentido, em um contexto social e político mais amplo, procurou-se avaliar na atividade olericultura do distrito de São Pedro da Serra, os problemas sócio-ambientais inerentes à pequena produção, relacionando-a as recentes tendências do modelo agrário com mudanças técnicas na agricultura e os seus impactos no meio físico e nas relações de trabalho da região.

Ressaltando o trabalho de campo na análise do processo espacial, foram realizadas entrevistas abertas² e fechadas com agricultores, considerando-se as categorias: morfologia agrária, sistemas agrícolas, estrutura fundiária, relações de trabalho, comercialização e impactos ambientais. Ainda, contou-se com análise de dados secundários, cartográficos e bibliográficos.

A relevância deste tema reside nas diferentes formas de organização da produção agrária e nos distintos feitos pelos quais estas se materializam no espaço, corroborando para a crítica que se faz

aos usos e aplicação de tecnologias, principalmente ligadas à noção de sustentabilidade, no sentido de que esta existe apenas no nível retórico.

Historiografia e problematização da pequena produção fluminense

O distrito de São Pedro da Serra apresenta significativo uso agrícola do solo para olericultura, o manejo, contudo, é bastante impróprio, materializando-se em altas taxas de erosão, tendo, ainda, grande problemática com relação à pequena produção.

Nesta região, por muito tempo, a cana-de-açúcar, representou a principal fonte de renda, seguida do café. Consecutivamente, passou-se a desenvolver uma produção de subsistência, cujo excedente era comercializado. Esta, por sua vez, com a crise do café, que torna o trabalho no campo fraco e duplamente dependente de setores urbanos e industriais, por se encontrar totalmente vinculado a esta cultura; torna-se a principal atividade comercial, iniciando uma nova fase no distrito de São Pedro da Serra. Entretanto, as dificuldades de acesso à região limitavam a comercialização e, concomitantemente, a produção para o mercado metropolitano.

As necessidades das famílias do povoado, portanto, eram atendidas, tanto pela produção endógena, uma vez que somente o excedente de sua produção era vendido, como pela comercialização com tropeiros.

Neste contexto, Levigard, chama atenção para o seguinte quadro:

A lentidão no processo de construção da malha ferroviária dificultou até o final do século XIX o escoamento dos produtos agrícolas, que eram transportados em lombos de burros até o porto do rio Macacú, perto de Itaboraí, de onde seguiam em barcas para o Rio de Janeiro. Através do relato de moradores da região, foi possível perceber que até recentemente (anos 70) o comércio das mercadorias era feito por tropeiros, que levavam cerca de dois dias

² Entrevista aberta: técnica de entrevista utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos. Para saber mais, consulte: ANDRETTA, Ilana; OLIVEIRA, Margareth da Silva. A técnica da entrevista motivacional na adolescência. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 127-139, 2005.

para percorrer as trilhas que levavam à área urbana de Nova Friburgo. Do mesmo modo, a energia elétrica que chegou à cidade de Friburgo no início do século XX (1911) e favoreceu o desenvolvimento da indústria de tecelagem, só foi instalada naqueles povoados a partir de meados dos anos 80. (Fischer, 1986) Em dezembro de 1984, a energia elétrica começou a ser fornecida pela CENF (Companhia de Energia Elétrica de Nova Friburgo) para São Pedro da Serra e Lumiar, sendo que em 1987 o fornecimento foi estendido até Boa Esperança, Benfica e Bocaina dos Blaudt. (2001, p. 21).

Assim sendo, Natal coloca que:

Ao longo da década de 1960 até meados de 1980, mesmo com a abertura da estrada e o processo de modernização da agricultura em curso no país, os agricultores de São Pedro da Serra continuaram a produzir café, inhame, batata-inglesa e palma, onde o cultivo desses produtos baseava-se em condições precárias de produção: pequenos lotes acidentados, instrumentos de trabalho tradicionais, enxadas e foices e estrutura de comercialização inadequada, sujeitos aos intermédios locais. (2003, p. 179).

Este quadro é mais bem compreendido se considerarmos as reflexões de Alentejano, no sentido de que, no início do século XX, a Região Serrana fluminense, “por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital, mantinha-se como área de fronteira e como tal, de reprodução do campesinato” (2003, p. 3). “Encontrava-se à margem de um projeto territorial da burguesia agrária, e, como tal, pode se manter como área de expansão da pequena produção de alimentos”. (2003, p. 9).

O cultivo tradicional, anterior à chegada da “modernização” rural, era feito no sistema de coivara, que consistia em roçar a vegetação de menor porte (o sub-bosque) e cortar as árvores no final da estação seca, queimando a área logo no início da estação chuvosa. As cinzas forneciam nutrientes imediatamente ao solo a ser cultivado. Após dois ou três anos de cultivo a área era abandonada, permitindo a recuperação da floresta através do

processo de sucessão ecológica.

Esse método itinerante de agricultura é tido como o de menor impacto sobre o ambiente natural. Embora “sacrifique” a floresta, é praticado em pequenas áreas e por pouco tempo, permitindo que o processo natural de sucessão se desenvolva e a área recupere grande parte de sua estrutura, composição e espécies anteriores à derrubada.

Será a partir do último quartel da década de 1970 e início dos anos 80, período em que está em curso o processo de modernização da agricultura brasileira, que a Região Serrana ganha importância do ponto de vista do capital comercial. A partir da chegada da eletrificação rural e do asfaltamento das rodovias Rio - Friburgo (RJ-116) e Friburgo - Teresópolis (RJ-130), as relações com o “mundo externo” começaram a se ampliar. Há transformação na estrutura produtiva e nas relações de trabalho.

Dessa maneira, como explica Alentejano,

[...] a região Serrana ganha importância crescente como área de produção do capital comercial, uma vez que a região passa a desempenhar dois importantes papéis fundamentais no âmbito estadual: (1) abastecimento alimentício, uma vez que, como área de significativa presença de pequenos produtores, torna-se importante para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro, mas é a intermediação comercial que controla este processo, em detrimento dos produtores; (2) elo de ligação com outras regiões do país, uma vez que duas das principais ligações rodoviárias com outros estados e regiões do país cruzam a região, dando margem ao surgimento de um conjunto de atividades de apoio à circulação de mercadorias e pessoas. (2003, p. 5).

Concomitantemente, como é fato da história agrícola brasileira, a priorização da monocultura em larga escala e voltada para a exportação, como foi o caso do café, fez com que o manejo itinerante de subsistência da agricultura familiar passasse a ser adotado em larga escala, de modo que a atividade cafeeira se alastrou como uma monocultura itinerante.

Nesse contexto, cultivado na linha de maior declive das encostas, em um relevo predominantemente acidentado (o que acelera os processos de erosão hídrica), o ciclo do café mal completou um século. As antigas áreas ocupadas pelo produto foram substituídas pelas pastagens, predominantes nos mares de morros³ degradados. Provavelmente, se o solo tivesse sido completamente abandonado após a cafeicultura, à floresta teria retornado ao seu lugar primitivo.

Essa atividade praticada em maior escala tende a romper o equilíbrio ambiental, exigindo a importação da energia, em forma de nutrientes e água, que seria produzida no próprio ecossistema, em condições naturais. É dessa forma que se inicia a utilização de insumos agrícolas ocorrendo, primeiramente, com a introdução de adubo orgânico (esterco) e, em seguida, a partir do desenvolvimento industrial e da expansão das forças capitalistas no meio rural, com o uso da adubação química. Os agrotóxicos também surgem como consequência desta quebra de equilíbrio, na medida em que a agricultura interfere na teia alimentar, eliminando as relações que mantêm estáveis as populações - o que resulta no surgimento das “pragas”, causando um grande impacto ambiental.

As consequências desse tipo de modernização, que utiliza insumos indiscriminadamente, são percebidas, também, com a contaminação do solo, das águas, dos animais, das plantas (principalmente as cultivadas) e do próprio homem, tanto aquele que consome os alimentos contaminados, como o trabalhador rural que manuseia tais insumos, geralmente de forma inadequada.

Todo este quadro retrata uma necessidade de implantação de uma agricultura industrial, na qual

prevaleceu a dominação da natureza, em favor de um sistema agrícola intensivo de trabalho e capital, a qual seria impossível sem esse aparato industrial baseado na agroquímica, na motomecanização e na manipulação genética.

Sendo assim, os pequenos agricultores tentam se adaptar ao modelo da agricultura industrial, mas se deparam com o problema da falta de recursos para investir na produção, a prevalência de uma topografia acidentada e de várzeas estreitas e mal drenadas. Procuram, então, alternativas: ora diminuem a área produzida e vão deixando de diversificar a produção, ora apenas produzem culturas que supostamente têm o mesmo manejo agroquímico. Tornam-se, portanto, fragilizados perante o mercado, pois o volume total da produção é pequeno e os custos dos insumos são elevados, gerando um resultado econômico vulnerável, se consideradas as abruptas quedas de preços.

As culturas, predominantemente localizadas em média e alta encosta, são plantadas em linha de maior declive, visto que a topografia acidentada dificulta o uso de maquinário agrícola, sendo a aração “morro abaixo⁴” a única forma de arar o solo com o auxílio do trator. Também se verifica que as áreas que não estão sendo momentaneamente utilizadas para o plantio se encontram “desnudas”, favorecendo o carreamento de sedimentos.

Portanto, fica claro que o manejo ao qual o solo está exposto inclui práticas que facilitam a erosão superficial dos solos. Aliás, a topografia (um dos fatores mais decisivos sobre as perdas de solos por erosão hídrica) e os altos índices pluviométricos (próprios de um clima tropical de altitude do tipo Cwb), são pouco favoráveis ao uso agrícola da região e intensificam tal degradação.

³ Discriminação criada pelo geógrafo francês Pierre Deffontaines para as colinas dissecadas que formam verdadeiros níveis, na zona das Serras do Mar e Mantiqueira. Pode-se dizer, em última análise, que um mar de morros é um conjunto de meias laranjas como as que são vistas no médio Paraíba. Para saber mais, consulte: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. São Paulo: Betrand Brasil, 2001.

⁴ A aração é feita por tratores, de pequeno e médio porte, os tobatas, na qual o maquinário sobe o morro de ré, arando de cima para baixo, no sentido da declividade, visto que a aração no sentido da curva de nível representa um significativo risco de tombamento do mesmo.

As chuvas intensas que ocorrem são também responsáveis pela lixiviação do solo, retirando do sistema suas bases, resultando na queda da fertilidade, juntamente com a perda do horizonte orgânico e, na conseqüente, acidificação do solo. Por conseguinte, o manejo impróprio do solo, juntamente com as referidas restrições ambientais, provoca, além da grande degradação, a queda de produtividade agrícola.

Esta acidez do solo, provocada/favorecida pela “lavagem” do mesmo, é corrigida pela aplicação de calcário, que é significativamente custosa. Todavia, diante das condições morfoclimáticas da área, quando aplicado em canteiros localizados em média e alta encosta, é retirado com grande rapidez do sistema, sendo carregado para os rios. Concomitantemente, estas águas escoadas das encostas também levam consigo os adubos aplicados nas culturas que, nos rios, favorecem o desenvolvimento da vegetação presente nos mesmos, levando a comatação e, consecutivamente, ao processo de assoreamento.

O nível técnico-cultural dos agricultores é insuficiente para a utilização adequada dos insumos, fato que, associado à falta de orientação técnica dos órgãos oficiais, aumenta, proporcionalmente, a incapacidade do uso desses produtos pelos agricultores, causando impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

No entanto, a tentativa de mudança deste tipo de manejo para um menos predatório é bastante complexa, à medida que a necessidade de preservação ambiental esbarra em práticas de reprodução social. A alteração dessa prática encontra como empecilhos diferentes condicionantes, que vão desde fatores econômicos, relacionados à comercialização e às pressões do mercado, manipulados pela indústria agroquímica, como também, e principalmente, aos hábitos ligados ao modo de vida camponesa, que são difíceis de serem rompidos ou alterados por novos modelos de práticas agrícolas. Exemplo didático deste fato pode ser verificado quando se considera o pequeno produtor, este, em casos não raros, depende

dessa estrutura pela relação de trabalho (o fato de ser meeiro) e, igualmente, pela reação de moradia, que se estabelece no instante em que a casa onde reside com a família é de propriedade do dono da terra, ou seja, do “patrão”.

Nesse sentido, as relações de trabalho vão se adaptando a esta nova configuração: sem recursos para acompanhar o ritmo de modernização do campo e com a diminuição da produtividade da terra, o camponês da Região Serrana é obrigado a participar da reprodução do capital. Assim, diante de tal conjuntura, o pequeno produtor se vê subjugado: ou se torna um assalariado ou um parceiro que, juntamente com sua família, vai aos poucos se distanciando dos atributos que o caracterizam como camponês; ou se “insere” nesta dinâmica metamorfosando-se em pequeno agricultor familiar. Em outras palavras, o camponês é cooptado pelo capital.

Tendo em vista este último fato, Fernandes coloca que,

Ainda, nessa lógica, aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar, como definida por LAMARCHE, 1993, p.13-33. Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um modelo selvagem (sic) para um modelo ideal (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do projeto da sociedade para os agricultores (sic), tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. (2002, p. 66).

Por conseguinte, a partir da década de 90, temos, novamente, uma metamorfose do espaço agrário fluminense, conferindo a este uma nova fisionomia. Segundo Schneider (1999) apud Borges (2004), pode-se afirmar que “As novas formas de trabalho e de produção devem ser entendidas como estratégias de produção e reprodução, representando muitas vezes uma sobrevivência do já decadente sistema agrícola” (p. 1).

Nas palavras de Alentejano, ocorre um

[...] processo de re-ruralização, no qual há uma revalorização do espaço rural – seja como área de moradia, seja como lócus de uma produção em moldes diferenciados do padrão típico da revolução verde, que não significa uma volta ao antigo rural, mas a produção de um novo rural e a revitalização demográfica, econômica, política e cultural deste, transformado pelo próprio processo de urbanização e, no caso, do Ro de Janeiro, de metropolização. (2003, p. 19).

Assim sendo, verifica-se o início de um novo ordenamento territorial na Região Serrana, balizado pelo desenvolvimento da atividade turística. Desde os anos de 1940, a região se transforma, paulatinamente, em área de expansão turística, favorecida pela proximidade com a capital e pelas condições ambientais – como o clima ameno e a preservação de boa parte da Mata Atlântica – e pela construção de rodovias que a cruzam, como a Rio – Belo Horizonte e a Rio – Bahia.

Nesse sentido,

[...] a região passa a estar crescentemente incorporada à dinâmica metropolitana e firma-se cada vez mais um ordenamento territorial calçado nos interesses do capital imobiliário que avança sobre as terras até então ocupadas por pequenos produtores, transformando-as em locais de veraneio e segunda moradia para a burguesia metropolitana, o que resulta, também na região, no avanço da desruralização. Isso não significa, entretanto, o fim da produção agrícola na região, a qual permanece sendo importante, principalmente no que diz respeito à oferta de hortigranjeiros para a capital, produzidas pelos pequenos agricultores que se reproduzem nas áreas ermas e desvalorizadas (ALENTEJANO, 2003, p. 9).

Esses fatores irão inferir no (re) ordenamento territorial do distrito. De acordo com Natal,

O lazer se resumia às famílias irem ao forró aos domingos nas praças e clubes. Já com o asfaltamento

da estrada (1982) e a chegada da eletricidade (1985), essa situação vai, aos poucos, se transformando, principalmente com a chegada do turismo que introduz mudanças significantes no espaço físico, econômico, social, cultural e ambiental. (2003, p. 179).

Dessa maneira, pode-se, com segurança, delimitar um novo marco histórico para o distrito, que seja, a territorialização do capital especulativo e imobiliário. Em meado dos anos de 1970, “sob a influência da ‘contracultura, vigorosa nos anos 60 e que consistiu uma das inspirações do movimento hippie, surge no Brasil, acompanhado de uma tendência mundial, idéias de liberdade e de transformações sociais, pregando para isso, uma ‘volta à natureza’” (FREITAS, 2002, p. 102 apud NATAL, 2003, p. 179). Esta “volta” será o “carro-chefe” do discurso ideológico que embasará este momento embrionário da referida territorialização.

Desse modo, a luz de Alentejano apontamos para

[...] o avanço de um duplo processo de metropolização e desruralização: metropolização porque aumenta a dependência e a vinculação destas áreas com a capital; desruralização porque os trabalhadores são expulsos do campo e o projeto de ordenamento territorial vincula-se aos interesses do capital especulativo imobiliário ligado ao turismo. (1999, p. 152).

Assim sendo, encontramos em Natal (2003), como exemplo do dinamismo turístico que o distrito vem assumindo, os seguintes dados: “em 1982 havia em São Pedro da Serra apenas uma pousada, a Pousada de São Pedro. Já no ano de 2000, ou seja, quase duas décadas depois, há vinte pousadas e, entre bares e restaurantes, são vinte e oito estabelecimentos.” (NATAL, 2003, p. 179).

Em São Pedro da Serra, observamos como variante do turismo rural contemporâneo (Rodrigues, 2001), as pousadas rurais, segunda residência; o turismo mítico, representado pelo ‘pessoal’ da nave, que estão

ligados à tentativa de contato com objetos voadores não identificados (OVINIs); *campings*. (NATAL, 2003, p. 9).

Portanto, as diferentes formas de uso dos recursos naturais de São Pedro da Serra, configuraram um ordenamento diferenciando e diversificado de seu território. Neste âmbito, Natal atenta para o fato de que

[...] o desenvolvimento do turismo em São Pedro da Serra [...] vão desarticulando a pequena agricultura familiar existente, na medida em que os espaços destinados à lavoura vão sendo substituídos pela construção de casas para o aluguel, lotes, construção de pousadas e estabelecimentos para o turismo. Esse, nos últimos anos tem crescido de forma desordenada, gerando preocupações na comunidade local e no próprio turista. (NATAL, 2003, p. 183).

Diante de um quadro de carência de políticas públicas voltadas para os interesses da pequena agricultura familiar, em favorecimento da valorização vertiginosa das terras promovida pela especulação turística, o que temos, de acordo com a professora Maria José Carneiro (2003), é uma transformação do agricultor familiar em “jardineiro da natureza”. Segundo ela, referindo-se a problemática da agricultura do Município de Nova Friburgo – RJ, “Pouco a pouco, o espaço agrícola é ocupado por sítios de lazer, pousadas e casas de aluguel, muitas delas construídas pelos próprios agricultores na busca de alternativas ou complemento ao fraco rendimento proporcionado pela agricultura”. (p. 90).

Essa priorização da esfera turística do rural tem fomentado um outro debate, no sentido de que a utilização de terras agricultáveis, para atividades não-agrícolas, tem inviabilizado o uso das mesmas para a produção agrícola. Essa crítica encontra reforço na argumentação que esse processo se trata, na verdade, de um novo mecanismo, utilizado por latifundiários, de manutenção da propriedade

privada da terra, impedindo a desapropriação destas para reforma agrária, transformando-as e utilizando-as, respectivamente, com reservas ambientais e atrativos de turistas (“a presença de verde”).

Ainda, a crítica à proliferação das atividades não-agrícolas no espaço agrário fluminense, vai de encontro à configuração dos “empregos refúgios”. Estes não expressam uma diversificação de atividades, mas uma precariedade da atividade agrícola. Como essa atividade não gera renda (“lucro”) suficiente para manutenção da família, a mesma se vê “obrigada” a se direcionar a outras atividades marginais as agrícolas, que passam a ser responsáveis pela manutenção familiar.

Segundo Alentejano, o que se verifica é um

[...] processo de multiplicação da pluriatividade entre os pequenos agricultores. Premiados pela crise, expostos cada vez mais a ruralização e pressionados pela valorização crescente de suas terras pela expansão do turismo, muitas famílias de pequenos agricultores da região transformam-se em pluriativistas, combinado a renda obtida na própria propriedade com outras atividades desenvolvidas fora desta (principalmente ligados à prestação de serviços e ao turismo) (1999, p. 149).

No âmbito da agricultura, a multifuncionalidade consistia em um conjunto de funções inseridas nas dimensões social, econômica e ambiental, voltadas para o bem estar da sociedade. Essa visão da dimensão multifuncional da agricultura vem a reforçar uma categorização do rural como setorial, caminhando na contramão de uma abordagem deste como um espaço territorial. Uma leitura de rural setorial o reduz a um mero setor da economia (setor agrícola), ao passo que, quando tratado como territorial, enfocamos sua multiplicidade, na qual são contemplados tanto seus aspectos ontológicos, quanto os economicistas.

O que vemos ocorrer, no tocante a essa realidade, é a transformação da função social e econômica da agricultura familiar, como coloca Borges (2004),

citando Shneider (1999), ao afirmar que “O que antes eram atividades complementares e temporárias exercidas em períodos de pouca demanda de força de trabalho na unidade produtiva dos colonos, assume, agora, um caráter estável e decisivo à manutenção da família e da propriedade”. (p. 1).

Não obstante, se mantêm as diversificações espaciais das relações de trabalho, onde uns conseguem se manter quanto agricultores, combinando a atividade agrícola com não-agrícolas; outros abandonam a primeira e se dedicam completamente as segundas e, ainda, àqueles que se proletarizam (de diferentes formas).

Assim, o que temos hoje em curso, é uma transformação na relação campo-cidade, marcada por uma subordinação do campo à cidade, em um duplo processo: tanto de desvalorização do rural, quanto em uma revalorização idealizada do mesmo.

Nesse contexto de dominação inerente à relação entre o capital e a pequena produção, o que podemos verificar é a continuidade do ordenamento territorial do espaço agrário, e das relações dele intrínsecas, em novas bases, perpassando pelo domínio do capital, “[...] agora hegemonizado pela esfera da circulação, pelo capital financeiro, ainda que articulado com outros segmentos, e valorizando novas atividades, dentre as quais se destacam o lazer e o turismo”. (ALENTEJANO, 2003, p. 22).

Nesse processo, ao contrário do que se pensa, não ocorre uma homogeneização do espaço, mas, contraditoriamente, um sobressalto das diferenças, das singularidades, agora engendradas em uma recriação do agrário: um espaço multifuncional e pluriativista, onde temos uma paisagem rural subordinada a uma lógica capitalista.

O espaço agrário, portanto, “perde” suas características naturais em favor daquelas que caracterizam as áreas de lazer e turismo, mantendo, no entanto, seu *slogan* de área verde, que explora o valor paisagístico de sua flora, caracterizando-o, dessa forma, como um meio rural “fabricado”, que

não mais agrega apenas as atividades agrárias de sobrevivência e reprodução social / cultural, mas que “cede” cada vez mais, e cada vez mais rápido, espaço para àquelas tipicamente urbanas e / ou para as ligadas à concepção de ecoturismo, na qual se aprecia a proximidade com a natureza.

Este “campo fabricado”, que se opõe ao campo tradicional, nostálgico, surge como um “novo campo”, reformulado a partir das relações com a cidade. O que se verifica é uma mudança de seu caráter funcional, agregando, agora, não apenas atividades agrícolas, mas também urbanas, em um processo de apropriação, por parte destas, de áreas, outrora, prioritariamente agrícolas.

No território fluminense, o que vemos na relação entre cidade e campo é um processo de proletarianização das sociedades camponesas: o cotidiano destas passam a ser compostos por elementos diversos e contraditórios, ligados tanto à lógica capitalista, como a camponesa. Nesse jogo, no qual a lógica camponesa não atende as necessidades da lógica do capital, verifica-se uma aculturação e expropriação indevida do espaço e da cultura camponesa. A sociedade fluminense metropolitana expande sua urbanidade para o espaço agrário, que passa a vivenciar uma esfera da urbanização.

O meio rural, nesse processo, vem sendo redescoberto como um novo viés de reprodução capitalista, sob a égide de novas ruralidades, ligadas à concepção de turismo rural, lazer e entretenimento. Na verdade, em contrapartida a uma visão “salvadora” desse fenômeno para o meio rural, apregoado por economista, o que temos é a consolidação deste como uma nova forma de incorporação de pequenos produtores pelo processo de reprodução capitalista.

O capitalismo, no processo de globalização, revitaliza e promove uma seletividade de determinados espaços agrários, que serão consumidos em suas características naturais pela população dos espaços urbanos, sob a promoção de um ambiente a-urbano no que diz respeito aos níveis de estresse, poluição e afins.

O campo não pode ser entendido como uma extensão do urbano a ser consumido. É preciso pensar alternativas para ele a partir, também, das necessidades da cidade, mas não tendo apenas estas como seu viés. O campo e a cidade desenvolvem uma relação dialética, que deve ser revista: não é possível analisar o espaço agrário e o urbano como esferas independentes, mas interligadas, ou melhor, interdependentes.

Considerações finais

Nesse espaço contraditório, na qual percebemos a interação de “modernas” e tradicionais práticas de manejo agrícola e uso do solo, fica claro que o distrito de São Pedro da Serra não foge à regra da Região Serrana, e, até mesmo, do espaço agrário brasileiro, uma vez que, a necessidade de preservação ambiental, esbarra com práticas de reprodução social.

O saber acadêmico- científico deve situar-se, criticamente, na compreensão e discussão das temáticas atuais. Não cabe repudiar por repudiar as tendências de transformação que se apresentam, mas pondo-se a disposição de realizar críticas criativas, capazes de interpretar a fundo a estrutura das coisas e, principalmente, contribuir para construção de propostas eficientes e viáveis. Por meio das reflexões propostas neste trabalho, almeja-se a construção de idéias que permitam o entendimento real dos fatos, para além das aparências com que se apresentam, podendo expor proposições concretas, que venham ao encontro de uma maior liberdade da pequena produção. Este, a nosso ver, é um item fundamental para um desenvolvimento que implique uma maior conservação dos meios naturais de produção.

Referências

- ALENTEJANO, P. R. R. A Evolução do espaço agrário fluminense. *Revista de GeoGraphia*, Niterói, n. 13, p. 49-70, 2003.
- _____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura Familiar realidades e perspectivas*. Passos Fundo: EdiUPF, 1999. p. 147-173.
- BORGES, A. A. S. A pluriatividade Rural em Indianópolis – MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Agricultura, Meio Ambiente e Turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Manuad, 2003. p. 88-103.
- FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. *Anais...* Petrolina: URPE, 2002. v. 16, p. 61-71.
- LEVIGARD, Y. E. *A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas do nervoso no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos*. 2001. Dissertação. (Mestrado em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.
- NATAL, C. B. O turismo rural na região serrana fluminense: Um estudo de caso – São Pedro da Serra. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. p. 169-185.

